CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1465/71 (Reautuado em 01.02.83)

INTERESSADO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ASSINIO : Solicita reconsideração da ressalva ao § 6º do artigo 135 do Regimento Geral.

RELATOR : Consº Paulo Gomes Romeo

PARECER CEE Nº 1605 /83 -CTG- APROVADO EM 26 / 10/83

1. HISTÓRICO:

Em data de 27 de abril de 1983, o Plenário aprovou parecer do nobre conselheiro Eurípedes malavolta, favorável às alterações que a Universidade de São Paulo propôs ao Artigo 135 e Parágrafos de seu Regimento Geral, ressalvadas, entretanto, as alterações contidas nos § 4º e 6º.

Represento agora o Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo apresentando pedido de reconsideração da ressalva ao disposto no § 6º.

2. FUNDAMENTAÇÃO :

A proposta de alteração daquele parágrafo e, aliás, do Artigo todo, apóia-se na idéia de que sejam adotados prazos globais para o Mestrado e Doutorado.

A fim de ser evitada a inconveniência de possível conclusão das atividades programadas, concomitantemente com a apresentação da dissertação ou da tese, "eventualmente até mesmo ao término do prazo global" (fls, 118), Foi estabelecido um prazo para a apresentação da dissertação ou da tese "após decorridos pelo menos 6 meses" (USP-RG, art. 135, § 6º). Citando "in-verbis" e representação da Universidade de São Paulo: "Ha que lembrar, nessa sentido, que além dos créditos em disciplinas e atividades equivalentes, o pós-graduando é obrigado a prestar exames gerais de qualificação (artigo 133 do RG) e não poderá apresentar dissertação ou tese se não for aprovado em tais exames (artigo 134, parágrafo único do RG)".

Assim, as atividades do mestrado, propostas para serem completadas em até 5 anos, obrigarão o inscrito em Cursos da Pós-Graduação a realizar os créditos de atividades programadas em 4 anos e meio e o inscrito para o doutorado, que deverá

PROCESSO CEE Nº 1465/71

PARECER CEE Nº 1605/83

fl.02.

completá-las em até 8 anos, terá 7 anos e meio para concluir as atividades programadas.

Cabe razão à Universidade ao afirmar que o dispositivo em questão não fere qualquer preceito legal, sendo da competência da Universidade de São Paulo e ordenamento jurídico que regula a obtenção dos títulos.

3. CONCLUSÃO :

Diante das razões oferecidas, estando plenamente justificada a alteração proposta ao § 6º do art. 135 do Regimento Geral da USP, conhece-se do recurso interposto para, dando-se-lhe provimento, concordar com a alteração regimental proposta e assim redigida:

§ 6a - "Respeitado o disposto nos parágrafos anteriores, o candidato ao mestrado ou ao Doutorado somente poderá apresentar a respectiva dissertação em tese após decorridos, pelo menos, seis meses da integralização dos créditos exigidos em disciplinas e outras atividades equivalentes".

São Paulo, 28 do setembro de 1.983

a) Consº Paulo Gomes Romeo-Relator

DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu parecer, o voto de Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpinolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Erwin Theodor Rosenthal, Jessen Vidal, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Paulo Gomes Ronco e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 19.10.83

a) consº Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães-Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 26 de outubro de 1983.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE